

Portugal e a ONU: António Guterres será o próximo secretário-geral?

PAULO GORJÃO*

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Na semana passada, António Guterres anunciou que, tal como previsto, deixará o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no final do ano.¹ O antigo primeiro-ministro português foi eleito ACNUR pela Assembleia-Geral da ONU (AGNU) em Junho de 2005 e reeleito em 2010 para um segundo mandato que deveria ter terminado no passado mês de Junho. No entanto, por recomendação do Secretário-Geral da ONU (SGNU), Ban Ki-moon, com o agudizar da crise dos refugiados, em Fevereiro de 2015 a AGNU decidiu prolongar o seu mandato até ao final do ano.²

Até ao momento, Guterres não confirmou se será candidato a SGNU, mas é um segredo público o seu interesse no cargo. O processo de selecção, note-se, apenas agora começa a dar os primeiros passos. Esta semana, por exemplo, é suposto ser submetida a votação na AGNU uma resolução que reivindica para os Estados-membros

o direito a receber os currículos dos candidatos e a escutar os seus pontos de vista. A resolução solicita igualmente ao Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e à AGNU que através de uma carta — que deverá convidar todos os Estados-membros a apresentar candidaturas, se assim entenderem, e explicará os mecanismos do processo de selecção — iniciem o processo de selecção dos candidatos.³ De qualquer modo, tal como no passado, o processo de selecção ameaça caracterizar-se pela sua opacidade, ao abrigo de uma fórmula que, nos bastidores, continuará a conferir aos membros permanentes do Conselho de Segurança um poder discricionário.

A Carta da ONU é muito sucinta sobre esta questão. O Artigo 97 limita-se a referir que o Secretário-Geral será nomeado pela Assembleia-Geral mediante recomendação do CSNU. Na prática, de acordo com uma resolução aprovada pela AGNU em 1946, o CSNU recomenda apenas um nome, num processo em que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança — China, EUA, França, Grã-Bretanha e Rússia — têm direito de veto. A regra não escrita define igualmente que o SGNU não será originário de um dos cinco membros permanentes e que respeitará o princípio da rotação geográfica.

1 "Head of U.N. refugee agency to step down this year" (*Reuters*, 4 de Setembro de 2015).

2 "General Assembly Extends Term of United Nations High Commissioner for Refugees, Appoints France to Committee on Conferences" (*United Nations*, 2 de Fevereiro de 2015).

* Versão revista e ampliada: "António Guterres: futuro secretário-geral da ONU?" (*Í*, 8 de Setembro de 2015), p. 31.

3 Carole Landry, "UN states want voice in choosing secretary general" (*Agence France-Presse*, 4 de Setembro de 2015).



O mandato de Ban Ki-moon, recorde-se, termina no final de 2016, sendo que o próximo SGNU, em teoria, deveria ser oriundo do Grupo da Europa Ocidental e Outros. Porém, o Grupo da Europa de Leste reclama para si esse direito, uma vez que, fruto das vicissitudes da Guerra Fria, nunca houve um SGNU oriundo da região.

Caso decida mesmo avançar, Guterres enfrentará rivais de peso oriundos da Europa Central e Oriental. Alguns deles já assumiram oficialmente as suas candidaturas e contam com o apoio declarado dos governos dos seus respectivos países. Tal é o caso de Danilo Türk, ex-Presidente da Eslovénia,⁴ de Irina Bokova, directora-geral da UNESCO e ex-ministra dos Negócios Estrangeiros da Bulgária,⁵ ou de Vesna Pusić, actual ministra dos Negócios Estrangeiros da Croácia.⁶ A lista de candidatos possíveis, no entanto, é muito mais vasta — abstenho-me de enumerar as duas a três dezenas de nomes que já foram referidos na comunicação social internacional — e não se limita, como é óbvio, ao Grupo da Europa de Leste. Na prática, nesta altura há candidatos potenciais para todos os gostos. No meio desta abundância, uma eventual candidatura de Guterres teria pernas para andar?

A resposta mais directa e frontal é que não se sabe.

No meio desta abundância, uma eventual candidatura de António Guterres teria pernas para andar? A resposta mais directa e frontal é que não se sabe. Neste momento, contra si parece estar uma forte pressão política e diplomática ao mais alto nível para se escolher uma mulher e/ou um candidato oriundo do Grupo da Europa de Leste. Nessa medida, o vento não parece soprar a seu favor. Isto dito, nada está ainda perdido ou decidido.

Neste momento, contra Guterres parece estar uma forte pressão política e diplomática ao mais alto nível para se escolher um candidato oriundo do Grupo da Europa de Leste. Por exemplo, o Representante Permanente da Rússia junto das Nações Unidas, Vitaly Churkin, em diversas ocasiões tem vindo a reivindicar a primazia desse critério.⁷ Naturalmente, os países da região acompanham-nos nessa exigência, ainda que não seja de todo claro quem seria o candidato a apoiar.

Igualmente contra o ex-primeiro-ministro português está um *lobby* muito significativo no sentido de se optar por uma mulher, uma vez que tal nunca aconteceu no passado. A resolução que será votada esta semana na AGNU convida explicitamente os Estados-membros a apresentar candidatas e não candidatos. Ora, não faltam candidatas assumidas ao cargo com currículos de peso, como acima se referiu, numa lista que seguramente não está ainda fechada.

Guterres também poderá ter de enfrentar um calendário que não lhe é favorável. Se prevalecer a orientação segundo a qual a lista de candidatos deve estar concluída em Novembro e em Dezembro a *short-list* deve estar fechada, ainda que a decisão final venha a ser tomada algures no segundo semestre de 2016, a candidatura do ex-primeiro-ministro português torna-se praticamente inviável.

Como se constata, o vento não parece soprar a favor de Guterres. Isto dito, nada está ainda perdido. Não é de todo garantido que o Grupo da Europa de Leste consiga nomear o próximo SGNU. Aliás, o activismo de Churkin poderá funcionar no sentido oposto, até porque nem todos os candidatos da região passarão no crivo russo, numa altura em que a crise ucraniana se encontra muito longe de estar resolvida e tendo em conta que alguns dos países da Europa Central e Oriental foram — alguns

4 A candidatura de Türk recebeu o apoio da anterior primeira-ministra eslovena, Alenka Bratušek. Sem surpresas, o novo primeiro-ministro, Miro Cerar, que tomou posse em Setembro de 2014, manteve o apoio à sua candidatura. Ver "Govt Endorses Former President's Candidacy for UN Sec-Gen" (*The Slovenia Times*, 2 de Janeiro de 2014); e, "Türk's UN Sec-Gen Candidacy Endorsed by PM, President" (*The Slovenia Times*, 7 de Janeiro de 2015).

5 A candidatura de Bokova recebeu o apoio do anterior primeiro-ministro búlgaro, Plamen Oresharski. O actual primeiro-ministro, Boyko Borisov, que assumiu funções em Novembro de 2014, deu continuidade ao apoio diplomático. Ver "Bulgaria nominates Irina Bokova for UN Secretary General" (*Ministry of Foreign Affairs [Bulgaria]*, 18 de Junho de 2014); e, "Bulgaria to Support Irina Bokova's Nomination for UN Secretary-General" (*Sofia News Agency*, 9 de Janeiro de 2015).

6 Vedran Pavlic, "Foreign Minister Pusić to Be the Croatian Candidate for the UN Secretary General" (*Total Croatia News*, 3 de Setembro de 2015).

7 Dulcie Leimbach, "Has Russia Dashed All Hopes for a Female Secretary-General?" (*PassBlue*, 30 de Abril de 2015).



continuam a ser — particularmente duros com a Rússia. O critério do género também poderá acabar por não prevalecer, numa altura em que há — ou estão em vias de vir a estar — várias mulheres em posições de topo em diversas agências relevantes do universo da ONU. A antiga primeira-ministra da Nova Zelândia, Helen Clark, lidera o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Como acima se referiu, Irina Bokova é directora-geral da UNESCO. Acresce que a ex-primeira-ministra da Dinamarca, Helle Thorning-Schmidt, acaba de anunciar precisamente a sua candidatura ao cargo de ACNUR. Por outro lado, a extensa rede de contactos que soube angariar enquanto ACNUR ao longo dos últimos 10 anos, bem como o seu conhecimento aprofundado da máquina da ONU, constituem trunfos políticos a favor de Guterres que não são de todo irrelevantes. Por último, tanto quanto se sabe, a seu favor joga também o facto de não gerar anticorpos junto de qualquer um dos membros permanentes do CSNU.

Em suma, neste momento Guterres não parece estar incluído no lote dos favoritos. Porém, ainda que não esteja na primeira linha da grelha de partida, o antigo primeiro-ministro português estará suficientemente perto para poder disputar a vitória caso o vento sopre na sua direcção. Importa lembrar que, no passado, nem sempre os favoritos acabaram por ser os escolhidos no final.

Em todo o caso, aproxima-se o momento das grandes decisões. Oficialmente, Guterres não terá ainda comunicado ao Governo português a sua vontade de se candidatar e, nessa medida, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, não terá dado início a um conjunto de diligências diplomáticas para angariar votos. Informalmente, porém, é improvável que o Governo português não tenha feito já algum trabalho de campo preparatório. Afinal, se e quando avançar, a candidatura do ex-primeiro-ministro português a SGNU será uma causa nacional, independentemente da composição partidária do próximo governo.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

